

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 20.04.2016

Surrealismo na construção do metro ligeiro. Onde está o profissionalismo do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes?

No início deste mês, após a reunião da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas com os membros do Governo, houve uma reportagem intitulada «Buraco sem fundo no metro ligeiro: inauguração em 2019? Só Deus sabe». Antes, circulavam rumores na internet de que «o custo por quilómetro da construção era de mil milhões de patacas, o mais caro do mundo». Devido à falta de profissionalismo do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, apesar de ser apenas o adjudicatário responsável pelo fornecimento do material circulante e do sistema (C110), a “Mitsubishi” pode fazer atrasar a conclusão das obras de construção civil. A empresa já recebeu 700 milhões de patacas para guardar as carruagens e, em caso de atraso do projecto, é previsível haver mais indemnização. Mais, face ao atraso, existe dualidade de critérios para com os empreiteiros. Continuam a sentir-se as repercussões do parque de material circulante, mesmo depois de vários anos de discussão e pagamento de uma conta confusa de 85 milhões de patacas. Perante estes episódios surrealistas na construção do metro ligeiro, se o Gabinete continuar com esta falta de profissionalismo, fugir às responsabilidades e não for decisivo, encarregando alguns empreiteiros de representar os interesses do proprietário, serão mais graves as vicissitudes do metro ligeiro.

O traçado da Taipa devia ter entrado em funcionamento neste ano. Porém, a construção do referido parque ficou completamente suspensa logo após o arranque. Depois de se arrastar por mais de 3 anos, por defeito congénito do contrato, mesmo sabendo que não há parque de material circulante, o Gabinete, que deve estar cheio de dinheiro, depois de ter comprado as 110 carruagens em 2011, encomendou mais 48 carruagens em 2014, pagando mais 700 milhões de patacas do erário público. Agora a inauguração foi adiada para 2019. Para o Governo é fácil falar, mas a população tem de engolir. Só que, depois de as opiniões da sociedade se acalmarem perante este facto consumado, o Gabinete voltou a abrandar o passo.

Em Outubro passado, a empresa construtora terá informado o GIT da conclusão da paragem do Terminal Marítimo da Taipa e, passado meio ano, também já se encontra quase terminada a do Aeroporto, mas ainda não há notícias sobre uma vistoria final. Por que razão? O consórcio das três empresas construtoras é um dos empreiteiros do projecto, tal como a Mitsubishi, que é a responsável pelos carris e carruagens – a vertente técnica e principal do metro ligeiro – possuindo, por isso, o poder de comando absoluto. O metro ligeiro é novo para Macau e, aproveitando o facto de a oficina não estar concluída e de o metro

começar a funcionar só daqui a três anos, o que a Mitsubishi mais deseja seria exactamente essa situação de “ambiguidade”. Assim, depois de ela conseguir 700 milhões para guardar as carruagens, o que irá acontecer se houver mais atrasos? Com as empreitadas a ficarem concluídas uma a uma, o GIT, como responsável de todo o projecto, não pode ter uma postura ambígua, e tem de possuir um plano de como e quando fazer as últimas vistorias. O gabinete não pode esquecer: o Governo da RAEM é que é o dono do projecto. No contrato aparece o termo “entrega” da empreitada de construção (que deve ser feita em coordenação com a Mitsubishi) e a última vistoria cabe ao GIT e não à Mitsubishi. Se esse princípio não for respeitado com rigor, o projecto do metro ligeiro vai resultar numa anedota ainda maior!

O GIT concordou com a prorrogação do prazo das obras, o que tem implicações nas despesas. O ritmo de conclusão das obras das três concessionárias variou. Quanto às obras desenvolvidas lentamente – C350 e C360, foi autorizada a prorrogação até Abril e Julho. Mas quanto à C370, com obras desenvolvidas de forma rápida, foi exigida a antecipação da sua conclusão. Que maravilha esta lógica de premiar os preguiçosos e punir os laboriosos!

A sociedade suspeita da existência de problemas com as fundações do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, mas o GIT tem fugido à questão. Desperdiçaram-se, assim, 85 milhões de patacas! Recentemente, a concessionária efectuou remediações, às escondidas, mas não há segredo eterno e acabarão por ser reveladas. Mas que maravilha! O desenvolvimento das obras do Parque de Materiais exige mais de mil dias de trabalho. Se a reabertura do seu concurso não tiver lugar até Junho, e ainda com as “dificuldades” inerentes aos materiais e sistema, só Deus é que sabe se o metro ligeiro pode começar a funcionar em 2019!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.04.2016

Segundo o inquérito ao emprego dos Serviços de Estatística e Censos, em 2015, a taxa de desemprego registou um aumento ligeiro de 0,2% face ao ano anterior, e os postos de trabalho e as vagas também diminuíram, demonstrando que é baixa a procura de recursos humanos por parte das empresas. Até Fevereiro deste ano, tinham sido concedidas 210 mil quotas para não residentes, mas 27 mil ainda não foram utilizadas. A economia está a abrandar, mas o Governo continua a autorizar e a renovar inúmeras quotas para não residentes, esta situação vai afectar o emprego dos locais e merece a nossa atenção.

Há dias, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que, devido a factores económicos internos e externos, o desemprego vai aumentar e que a tarefa prioritária do Governo é salvaguardar o emprego dos locais. A fim de estabilizar o emprego local, o Governo, tendo em conta as mudanças e as exigências do mercado, deve escolher postos de trabalho que atraiam os locais e promover as empresas a organizarem formação remunerada, a fim de atrair novos trabalhadores locais e de oferecer aos residentes mais oportunidades de emprego e de desenvolvimento profissional.

É grande a procura de recursos humanos na área da manutenção, devido à entrada em funcionamento de várias instalações de grande dimensão. Esta área exige conhecimentos técnicos, e oferece vantagens competitivas e oportunidades de desenvolvimento profissional. Se as grandes empresas oferecerem formação remunerada e oportunidades de progressão na carreira, estou em crer que será possível atrair novos trabalhadores locais. Nos últimos meses, a DSAL, em colaboração com uma associação, organizou um curso de formação remunerado para activos desta área - o que merece o nosso elogio - e organizou visitas e várias sessões de esclarecimento sobre manutenção de instalações, que atraíram a participação de vários residentes.

Como já tinham sido concedidas várias quotas para aqueles postos de trabalho, havia pessoas ao dispor das empresas, por isso, estas não estavam suficientemente motivadas para formar trabalhadores locais, daí os efeitos do programa de formação não terem sido satisfatórios na fase inicial. Mais, na prática, já são poucas as vagas para formação em exercício oferecidas pelas grandes empresas e o processo é muito moroso para os candidatos. Depois de várias queixas da associação respectiva, o Governo decidiu apertar nas quotas, e segundo se sabe, só recentemente é que se conseguiram postos de trabalho suficientes para se avançar com novas acções de formação.

Olhando para este exemplo, verifica-se que quando as empresas não colaboram na política de prioridade de acesso dos locais ao emprego ou não participam de forma dinâmica na formação, as autoridades têm de usar bem o

seu poder. Só reduzindo efectivamente as quotas para não residentes é que se consegue promover, eficazmente, junto das empresas, a ideia de desenvolver, formar e aproveitar os recursos humanos locais, favorecendo a reserva de talentos desta região, ao invés de se depender sempre do exterior.

Concordo que o aumento das capacidades competitivas no acesso ao emprego e o incentivo à mobilidade ascendente exigem sempre esforços do próprio trabalhador, no entanto, o Governo desempenha um papel essencial ao nível da formação profissional e da política de emprego. Segundo alguns formandos que frequentaram cursos de formação em exercício, depois de terminada a formação e da obtenção da respectiva acreditação profissional, as empresas não lhes dão importância. Segundo alguns trabalhadores, as empresas não dão oportunidades de promoção nem de avaliação aos locais, mas contratam directamente não residentes para cargos de chefia. Por isso, como temos realçado, para que os projectos de formação em exercício - cujo objectivo é promover o desenvolvimento e o acesso ao emprego dos locais - surtam efeitos, o essencial é as autoridades implementarem o mecanismo de substituição de trabalhadores não residentes, e, ao mesmo tempo, tomarem a iniciativa de reduzir as quotas para não residentes, com vista a que os locais sejam contratados e lhes sejam dadas oportunidades para desenvolvimento e para porem em prática os conhecimentos adquiridos.

A par disso, as autoridades têm de aperfeiçoar os regimes e medidas complementares relacionados com a formação em exercício, com vista a proporcionar aos cidadãos um ambiente aperfeiçoado e conveniente para a frequência deste tipo de formação.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 20.04.2016

Segundo o Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção (CCAC) de 2015, divulgado há dias, um comprador de habitação económica a viver na fracção adquirida desde 2003, com todos os documentos necessários entregues há anos, mas cuja escritura pública de compra e venda ainda não tinha sido celebrada, devido a uma mudança posterior nos elementos do seu agregado familiar, viu-lhe ser recusada a celebração da mesma. Depois de o CCAC investigar e acompanhar o caso, o Instituto de Habitação (IH) acabou por emitir um “termo de autorização”, em Setembro do ano passado. Dois anos antes, com a ajuda do meu escritório, o comprador tinha apresentado uma queixa junto do IH relativamente ao caso, que se arrastava há mais de dez anos, mas sem resultado e, finalmente, apresentou outra queixa junto do CCAC, por isso, gostava de elogiar este órgão por fazer justiça ao cidadão! Quanto ao IH, é de criticar a lentidão e a burocracia nos procedimentos administrativos! Em Setembro do ano passado, o IH emitiu o “termo de autorização” para celebração da escritura, mas ainda não há uma data definida para o efeito, e o comprador tem de esperar “*sine die*”!

O mais incompreensível é que o IH não consegue retirar os devidos ensinamentos da lentidão na celebração das escrituras. Actualmente, os trabalhos de celebração de escrituras de vários projectos de habitação económica já foram adjudicados, mas o respectivo processo é lentíssimo, e os direitos e interesses legítimos dos compradores têm sido afectados, ao ponto de não conseguirem exercer o direito de participar nas assembleias gerais dos condomínios para administrar os edifícios.

Para acelerar os procedimentos de apreciação e atribuição de habitação pública, a Assembleia Legislativa (AL) aprovou, no ano passado, um novo regime com base em candidaturas que foram “primeiro alvo de apreciação preliminar e de sorteio e, depois, de apreciação substancial”. As autoridades salientaram que, com a revisão da lei, o processo de apreciação de 42 mil candidaturas de 2013 podia ser concluído um ano mais cedo do que o previsto e que os primeiros candidatos admitidos para 1900 fracções podiam ter casa atribuída no final do ano passado ou no início deste. Mas, para já, ainda não foi concluído o processo de apreciação substancial dos primeiros 180 agregados familiares, então, os mais de 1700 agregados restantes quanto tempo precisam de esperar pela apreciação substancial e a selecção das fracções? A morosidade na apreciação deve-se a falhas nos procedimentos jurídicos ou a burocracia administrativa?

Para além do lento processo de apreciação, a construção de mais de 1900 fracções de habitação económica, cujo concurso já foi realizado, só pode ficar concluída no próximo ano, o que aflige muito os residentes que esperam ter uma casa.

A resolução do problema habitacional é uma prioridade da acção governativa

dos últimos anos. Além dos recursos de solos que não conseguem dar resposta às necessidades da população, a lentidão administrativa em termos de construção de habitação pública, apreciação das candidaturas, selecção e ocupação das fracções, atribuição de habitação social e celebração de escrituras, deixa a sensação de que o Governo não se preocupa com as necessidades da população! Este problema prende-se com a insuficiência de recursos humanos ou com a burocracia administrativa? As autoridades devem apurar com seriedade as causas e lançar medidas eficazes para acelerar os procedimentos administrativos e a eficácia dos trabalhos, no sentido de concluir atempadamente os processos de apreciação, ocupação e celebração de escrituras. Devem ainda resolver o problema com determinação e vigor, para recuperar a confiança da população e concretizar a promessa de “ter por base a população”, sem recorrer a desculpas como a insuficiência de recursos humanos e a complexidade dos procedimentos.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e Chui Sai Peng José em 20.04.2016

A construção de "um centro e uma plataforma" e a promoção do desenvolvimento diversificado exige aperfeiçoamento constante do hardware e software, e a promoção da cooperação com as regiões vizinhas. A criação da Zona de Comércio Livre em Guangdong e a implementação gradual do CEPA podem ser a força motriz do desenvolvimento económico de Macau e de Guangdong, proporcionando espaço para as empresas de ambas as regiões desenvolverem os seus negócios.

Nos últimos anos, o Governo tem promovido a cooperação regional e, para o efeito, apresentou algumas políticas, tais como "aproveitar o desenvolvimento das grandes empresas para impulsionar o progresso das mais pequenas", "unir as grandes empresas com as pequenas empresas" e "promover a cooperação entre as pequenas empresas", no sentido de incentivar a expansão das empresas locais no exterior, promovendo a sua participação nas actividades sob a estratégia "uma faixa, uma rota" e as zonas de comércio livre. Organizou ainda diversas apresentações e acções promocionais "Macau Dinâmico", para promover Macau e atrair o investimento. Contudo, as empresas locais e as estrangeiras enfrentam muitas dificuldades na sua expansão para o exterior e na sua entrada no mercado local, respectivamente.

As empresas de Macau, nomeadamente as pequenas e médias, são relativamente pequenas, não têm vantagens particulares nem são competitivas, e carecem de pessoal de qualidade no âmbito da gestão e das estratégias para desenvolver negócios. Além disso, desconhecem os regimes jurídicos da China, e não têm grande capacidade financeira, por isso, mesmo que pretendam expandir-se, é difícil fazê-lo sem o apoio e a ajuda do Governo, e se assim não for, este não vai conseguir atingir o objectivo de "aproveitar o desenvolvimento das grandes empresas para impulsionar o progresso das mais pequenas". Então, sugiro ao Governo que, ao incentivar as empresas a desenvolverem os seus negócios na China, lance medidas complementares para que aquelas fiquem a saber da possível rentabilidade dos seus negócios, e que lhes disponibilize, atempadamente, serviços de consultoria, de modo a criar uma plataforma para a troca de experiências ao nível dos investimentos. Só assim é que o Governo pode resolver os problemas e responder às dúvidas das empresas.

Quanto à atracção de empresas, Macau apresenta vantagens peculiares para atrair investidores do exterior, mas o ponto crucial é como desenvolver melhor o seu papel de plataforma, nomeadamente quanto à promoção e divulgação das vantagens da plataforma de prestação de serviços na área da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Por exemplo, estes países, em vez de investirem directamente no Interior da China, podem fazer de Macau o seu trampolim e investir por cá, para evitar alguns "caminhos menos claros". E as empresas do Continente podem também evitar

esses caminhos e fazerem de Macau a sua plataforma para investir nos países de língua portuguesa. As empresas do Interior da China podem mesmo investir em Macau, em determinados sectores, e depois reexportar os produtos para a China. Isto pode ser mais vantajoso do que investir directamente na China.

Segundo algumas opiniões sobre os investimentos em Macau, as orientações e as informações sobre o ambiente de negócio não são claras nem detalhadas, e as leis laborais pecam por falta de flexibilidade, ao que se junta a instabilidade, insuficiência e escassez de recursos humanos, portanto, factores que podem afectar a vontade de investir e impedir o desenvolvimento. E mais ainda, tenho de voltar a frisar as dificuldades na emissão de licenças, uma vez a espera é longa e são muitos os investidores que se lamentam de nada poderem fazer.

Nas vertentes da “expansão para o exterior” e da “atração de investimento”, o Governo tem de inovar nas suas políticas de apoio e tomar a iniciativa de ajudar as empresas a resolverem os problemas e a integrarem a cooperação regional, com vista a poderem expandir-se verdadeiramente. Ao mesmo tempo, para diversificar o investimento, é necessário definir mais políticas e medidas facilitadoras, com vista à diversificação económica.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.04.2016

De acordo com o Relatório de Actividades de 2015 do CCAC, recentemente divulgado, registou-se um aumento considerável das situações de conluio entre funcionários públicos e empresários, implicando crimes de corrupção na área da adjudicação de obras, bens e serviços. Aliás, o incumprimento da lei no âmbito da adjudicação de bens e serviços por vários serviços públicos já tinha sido assinalado em relatórios do Comissariado de Auditoria. O Governo e todos os serviços públicos têm de encarar este problema identificado em vários relatórios e daí tirar ilações, para garantir a governação nos termos da lei e a credibilidade de um governo transparente.

Com o desenvolvimento socioeconómico da RAEM, verifica-se o aumento constante da aquisição de bens por parte dos diversos serviços. Porém, o diploma que regula esta área já tem 30 anos e está obsoleto, por isso, a sociedade tem apontado este domínio como um terreno propício à corrupção. O referido relatório ainda sublinha que alguns serviços, alegando a desactualização da lei, se desviaram do princípio da legalidade no que respeita aos procedimentos e à prática de actos administrativos. Neste sentido, a reforma dos respectivos regimes reveste-se da maior urgência. No entanto, a revisão do regime de aquisição de bens e serviços já foi referida em 2014, mas até ao momento não se concluiu. Sobre este assunto, espero que o Governo acelere os respectivos trabalhos, para colmatar as lacunas da lei e assegurar o bom uso do erário público.

Os Comissariados de Auditoria e Contra a Corrupção salientaram nos seus relatórios a falta de conhecimento jurídico dos serviços públicos, que agem desviando-se do espírito da lei e abusam das suas competências discricionárias ao tratar de casos menos comuns. Assim, a sociedade está insatisfeita com os dirigentes, por estes, em vez de corrigir, alegarem “desconhecer a lei” para justificar os frequentes problemas. No passado, houve deputados que criticaram duramente esse fenómeno, afirmando “se não conhecem a lei, deixem de ocupar os vossos lugares de direcção”. Deste modo, o Governo deve assumir as responsabilidades por sua iniciativa e dar ouvidos às sugestões dos relatórios, e detectar e resolver os problemas. Os funcionários públicos devem reforçar mais os conhecimentos jurídicos, a consciência do cumprimento da lei, bem como a sua disciplina e ética profissional. Mais, a divulgação dos resultados dos concursos de

aquisição deve ser transparente, para evitar a repetição dos problemas detectados no passado e, também, para se construir um Governo incorrupto e imparcial que governe segundo a lei.

O Governo deve dar mais atenção ao fornecimento local, especialmente ao fornecimento das empresas sociais, e ser amigo do ambiente, definindo, quanto antes, as instruções para as aquisições pelos serviços, com prioridade para os fornecedores locais, a fim de apoiar o desenvolvimento das empresas locais, incluindo as empresas sociais. Por outro lado, nos últimos anos, tem havido uma maior consciencialização dos serviços para a protecção ambiental. Porém, a protecção do ambiente tem sido um factor com pouco peso na avaliação dos concursos públicos de aquisição, por isso, deve a Administração reforçar os requisitos relativos à protecção ambiental e às empresas sociais, na apreciação das propostas nesses concursos, para um maior desenvolvimento do mercado de produtos amigos do ambiente e das empresas sociais.

IAOD da Deputada Chan Hong em 20.04.2016

Nos últimos cinco anos, a taxa de crescimento anual de veículos motorizados em Macau ultrapassou os 5%, e até Fevereiro de 2016, existiam cerca de 250 mil veículos particulares, 120 mil automóveis e 130 mil motocicletas. Como Macau dispõe de apenas cerca de 30Km², existem cerca de 8 mil veículos por km². No entanto, é gravemente insuficiente o número de lugares de estacionamento, o que tem vindo a agravar as situações de estacionamento ilegal. Há então que, para o futuro, envidar todos os esforços para controlar a quantidade de veículos, e espero que a Administração seja mais determinada quanto à optimização das condições do trânsito e de estacionamento.

1. Acelerar o ritmo de abate dos veículos velhos, inúteis e altamente poluentes

Em Macau são abatidos anualmente cerca de 5 mil veículos motorizados, mas o ritmo desse abate esteve sempre muito aquém do ritmo de crescimento dos veículos novos. Nos últimos anos, vêm-se na Taipa muitos veículos sem licença de circulação e até veículos podres, conhecidos por “veículos zombis”. A Administração tem de reforçar a divulgação sobre o tratamento de veículos abandonados, notificando os proprietários, com vista ao processo de abate dos veículos e à sua retirada dos locais onde foram abandonados e tem também de elaborar, quanto antes, o Regulamento Administrativo sobre os Critérios de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Plano de financiamento para eliminação dos motociclos a dois tempos, a fim de responder às necessidades de controlo de veículos e de protecção ambiental.

2. Distribuição flexível dos lugares nos parques de estacionamento

Segundo as “Inf. Auto-silos” do “Posto de Informação de Tráfego”, é baixa a taxa de utilização dos lugares de estacionamento para motociclos, portanto, um desperdício de recursos. Sugere-se às autoridades que se esforcem mais para elevar a consciência do público sobre a utilização dos lugares de estacionamento e que ponderem sobre a sua distribuição nos parques. Não se podem transformar os lugares de estacionamento para motociclos não utilizados em lugares para automóveis, ajustando a percentagem entre os lugares para motociclos e para automóveis, a fim de aproveitar cabalmente os espaços? Ao mesmo tempo, há que rever também o Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento, no sentido de colmatar as lacunas existentes no regime de passes mensais dos parques, libertando assim mais lugares de estacionamento.

3. Construção de parques de estacionamento em altura

As autoridades devem estudar a fundo a questão da falta de estacionamento nos bairros antigos, nas zonas norte, San Kio, e Praia do Manduco, entre outras, no sentido de avançar com a criação de mais parques e com a construção de parques de estacionamento em altura nos locais adequados.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.04.16

Há que dar atenção à tendência do desenvolvimento da saúde em Macau

Entre 2004 e 2014, a população de Macau subiu dos 460 mil para os 600 mil habitantes, e a sua taxa de natalidade não parou de aumentar, de 3008 para 7360 bebés. Como a esperança média de vida atingiu os 82,9 anos de idade, Macau, enquanto cidade de longa esperança de vida, foi classificada, 10 anos consecutivos, como uma cidade saudável, e o nível do seu sistema de saúde atraiu cada vez mais atenção. No ano passado, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura falou sobre “os cinco anos brilhantes” ligados ao desenvolvimento do sistema de saúde, mas como é que este alvo pode ser alcançado? O Governo não deu mais informações sobre o assunto.

Veja-se o exemplo da construção das instalações hospitalares. Foram já abertos os concursos para o desenvolvimento das fundações do complexo hospitalar nas ilhas e do respectivo edifício das instalações complementares, mas ainda não foram abertos os concursos das restantes obras. Em finais do passado mês de Dezembro, o Governo afirmou que ainda não tinha procedido à abertura do concurso para o desenvolvimento das obras da superestrutura, por isso, não foi possível disponibilizar nem o orçamento nem a calendarização. Trata-se do empurrar das responsabilidades de uns para os outros. A conclusão das obras estava prevista para 2017 e, agora, “vai lutar-se pela sua conclusão em 2018 ou 2019”. Duvida-se da sua conclusão em 2019!

Quanto aos serviços, a partir do ano passado, foram prolongados os horários de funcionamento dos centros de saúde e de alguns cuidados de saúde especializados, o que facilitou o acesso às consultas, diminuindo o tempo de espera. Porém, os recursos humanos ainda não estão em plenas condições para isso, assim, muito pessoal médico tem de trabalhar mais 4 horas extra todos os dias, para dar resposta ao trabalho devido ao respectivo prolongamento. Como o regime de trabalho por turnos ainda não foi suficientemente ajustado, é possível que os serviços médicos passem a focar-se na quantidade em vez da qualidade. Mais, as instituições médicas, públicas e privadas, são componentes essenciais do nosso sistema médico no seu todo. O reforço do recrutamento de pessoal por parte dos Serviços de Saúde (SS) leva o pessoal das instituições privadas a sair para a Função Pública, o que agrava a disputa de recursos humanos entre instituições públicas e privadas. Portanto, a escassez de recursos humanos não foi verdadeiramente resolvida.

Para aumentar o nível dos serviços médicos e melhorar a sua qualidade, sugiro aos serviços responsáveis que definam as devidas orientações e medidas. Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo deve proceder bem à comunicação entre os serviços públicos relativos, elaborar, de forma breve e rigorosa, o orçamento para o hospital das Ilhas, concretizar o calendário das suas obras e aprender com as experiências passadas para não repetir os problemas de atrasos, excesso orçamental e má qualidade, entre outros. Deve também anunciar oportunamente o ponto de situação das obras e fiscalizar os trabalhos para evitar aditamentos ilimitados e a transformação da obra num elefante branco.

2. Face ao desequilíbrio de dotação de paramédicos nos hospitais privados, espero que o Governo elabore um plano geral sobre os recursos humanos na área médica, para estabelecer um balanço entre os serviços novos e os recursos humanos, e reduzir o volume de trabalho desse pessoal. Aliás, é preciso dar importância à falta de pessoal desses hospitais, introduzindo novas técnicas, isto é, substituindo o pessoal por tecnologias avançadas, para atenuar a pressão sentida pelo pessoal da linha de frente.

3. É de sugerir o aumento da formação para os paramédicos, encorajando-os e apoiando-os a participar em formações realizadas nos locais vizinhos, ou contratando especialistas do exterior para dar aulas de curto prazo, em Macau ou à distância, concentrando-se em formar os paramédicos que faltam em Macau, segundo a avaliação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos, e fixando medidas para incentivar os finalistas a optarem por um curso na área médica, ou os talentos a regressarem a Macau.

4. Deve ser reforçada a cooperação entre Guangdong e Macau no âmbito da assistência médica e aproveitadas as vantagens de complementaridade da cooperação regional, para os pacientes receberem o tratamento de forma atempada. Sugiro às autoridades que permitam a participação de médicos locais em técnicas de diagnóstico realizadas no exterior, para aumentar a sua experiência clínica, devido à insuficiência de casos clínicos em Macau.

5. Deve tomar-se como referência a política de médico de família promovida pelo Governo de Hong Kong, a fim de proporcionar aos indivíduos e famílias, nos bairros onde residem, cuidados de saúde abrangentes, contínuos, holísticos e preventivos, e definir medidas para incentivar os cidadãos a receberem cuidados de saúde privados. Deve ainda reforçar-se a cooperação entre instituições médicas públicas e privadas, proporcionar formação ao pessoal médico das instituições comunitárias, para os pacientes que necessitam de ir a consultas externas especializadas poderem obter estes serviços no seu bairro, a fim de aperfeiçoar a rede de cuidados de saúde.

6. No Décimo Terceiro Plano Quinquenal refere-se a construção de um País saudável, por isso, na nova era, há que promover os cuidados de saúde inteligentes, incluindo a internet médica, os equipamentos médicos e a telemedicina, que merecem a nossa referência. Os equipamentos médicos

inteligentes podem ser concretizados através da utilização da nova tecnologia, e, com a introdução da medicina digital e da internet médica, é possível lidar com questões médicas. A telemedicina pode ser concretizada através do uso da internet, no sentido de melhorar o nível de diagnóstico e reforçar a cooperação regional entre as instituições médicas.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.04.2016

Há dias, o Governo afirmou que a revisão do Regulamento Relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (Táxis) já tinha entrado na fase final, mas que algumas matérias continuam a ser alvo de discussão na sociedade, por exemplo, o aperfeiçoamento do regime de licenças de táxis, o agravamento das sanções, a introdução de agentes infiltrados mas não provocadores e de gravações de áudio opcionais, a responsabilização do proprietário do táxi pelas infracções cometidas pelo motorista, e o mecanismo de suspensão e cancelamento das licenças quer de táxis quer de taxistas, entre outras.

Na realidade, a dificuldade de apanhar táxi em Macau, a cobrança abusiva de tarifas, a recusa de serviços, a escolha de clientes, desvios, *share taxi*, e a pouca qualidade dos serviços são irregularidades e problemas frequentemente criticados pelos cidadãos e turistas. Estes problemas tendem a agravar-se nos feriados. A qualidade do serviço dos táxis está directamente relacionada com a imagem de Macau, enquanto centro de turismo e lazer. Por isso, a revisão do Regulamento dos Táxis vai ao pleno encontro das reivindicações da sociedade desde há muito tempo em termos do reforço da fiscalização. A sociedade espera que, através da revisão e aperfeiçoamento do respectivo regulamento, reforçar as punições, acabar com as ovelhas negras do sector e melhorar a qualidade dos serviços, permitindo assim que o sector consiga mais respeito e reconhecimento. A população acredita que o reforço da fiscalização, concretizado através da revisão do regulamento, constitui uma garantia para os taxistas que cumprem a lei. No entanto, existe algum receio neste sector relativo à dificuldade da recolha de provas das infracções, que pode resultar em interpretações diferentes entre os taxistas e a polícia aquando da execução da lei, conduzindo à injustiça. De facto, a introdução de “agentes infiltrados mas não provocadores” e de gravações áudio e vídeo para efeitos de monitorização e controlo são, numa outra perspectiva, medidas que contribuem para ajudar os taxistas e os passageiros na salvaguarda dos seus direitos legítimos e para elevar a eficiência da execução da lei. No entanto, sugiro ao Governo que preste esclarecimentos sobre os conceitos em concreto e as formas de recolha de provas através das referidas medidas, bem como que pondere sobre a questão da privacidade na aplicação prática das mesmas, a fim de eliminar as preocupações do sector. O Governo tem ainda de reforçar a formação junto do pessoal responsável pela execução da lei, para que este conheça bem as leis, os regulamentos e os respectivos procedimentos, a fim de ser possível assegurar uma aplicação da lei justa e imparcial. Além disso, os táxis são um tipo de transporte público, por isso, é necessário eliminar “as componentes que tenham a ver com investimento e especulação”. Actualmente, só podem candidatar-se aos alvarás pessoas individuais, mas está a ser pensada a possibilidade de o concurso ser alargado às sociedades comerciais. Não se sabe, ao certo, se com isto vai ser alterada a velha regra do requisito do preço, no

qual se baseia actualmente o concurso público, isto é, “vence a proposta de valor mais elevado”, portanto, trata-se de um assunto que tem de aguardar até que termine a sua discussão na sociedade. Atendendo a que a revisão do “Regulamento de táxis” demorou muito tempo, apelo mais uma vez ao Governo e ao sector para reforçarem a comunicação, a fim de se chegar, o mais rápido possível, a um consenso, e conseqüentemente acelerar os trabalhos de revisão da lei. Assim sendo, haverá uma lei para cumprir, pelos taxistas, residentes, e executores da lei, e para promover o desenvolvimento saudável do sector dos táxis.

A par disso, são insuficientes os pontos de tomada e largada de passageiros em Macau e na maioria das vias principais existem linhas contínuas amarelas. Entretanto, os residentes e turistas costumam chamar os táxis mesmo nas esquinas das ruas, e se os taxistas seguirem a lei com firmeza, vão ser alvo da queixa de recusa de prestação de serviços, e caso se arrisquem a deixar sair e entrar o passageiro, são autuados. Este dilema causa sempre incómodos ao sector. Por isso, aquando dos estudos sobre a revisão da lei para reforço da fiscalização dos serviços de táxis, o Governo deve também prestar atenção aos problemas reais que o sector tem de enfrentar, de modo a aperfeiçoar as instalações para a tomada e largada de passageiros e a assegurar o equilíbrio entre o espaço de sobrevivência do sector e os interesses da sociedade, com vista a não afectar a sobrevivência do sector. Senão, no final, acabam por sair prejudicados os cidadãos e turistas no seu direito às deslocações.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 20.04.2016

Ao longo dos últimos anos, residentes e turistas têm-se queixado das irregularidades dos serviços de táxis, tais como a recusa em transportar passageiros, a escolha de clientes, a opção por trajectos mais longos, a negociação do preço, a cobrança abusiva de tarifas, etc. Alguns taxistas ignoram mesmo os apelos dos executores da lei, tal como se não existissem normas de fiscalização. Mais, segundo os dados relativos às autuações, no ano passado verificaram-se 5079 acusações, o dobro das registadas em 2014.

No intuito de tratar o caos nos serviços de táxis, o Governo espera que a qualidade dos serviços aumente com a revisão da lei, que inclui o agravamento das penalidades, a introdução de agentes infiltrados mas não provocadores, e o regime de gravações áudio facultativas. Assim que tiveram conhecimento destas informações, todos os sectores da sociedade manifestaram a sua concordância. Ao longo dos tempos, cidadãos e turistas têm tido sempre experiências infelizes com os táxis, e sendo Macau uma cidade turística de nível internacional, as “ovelhas negras” já são mais do que suficientes para afectar gravemente esta sua imagem e para prejudicar gravemente a reputação do sector. Nesta nova conjuntura económica, é ainda mais necessário que a população se esforce, em conjunto, para assegurar a qualidade dos serviços complementares, com vista a recuperar a confiança dos restantes sectores no sector dos táxis. Compreende-se que alguns taxistas não concordem com a revisão da lei, no entanto, acredita-se que os inocentes são inocentes e que esta revisão apenas afecta as ovelhas negras. Desde que se reúna a determinação de todo o sector para colaborar com o Governo na revisão da lei, serão, com certeza, eliminados todos os desdouros e estabelecido um novo clima no sector.

O progresso de qualquer sociedade exige regimes jurídicos perfeitos. Macau passou de aldeia piscatória a cidade de turismo e de lazer de nível mundial, mas algumas leis já estão desactualizadas. O Governo apresentou a proposta de revisão do “Regulamento de Táxis”, o que é bom para a sociedade, e é meu desejo que nessa revisão se tenha em conta o interesse social, se chegue a conclusões e que o regulamento entre em vigor quanto antes. O Governo deve, neste período de tempo, ouvir mais os cidadãos e o sector, visto que os utentes têm opiniões sobre os táxis, e o sector tem frequentemente manifestado, junto dos serviços competentes, as suas dificuldades de exploração, devido aos pontos de tomada e largada de passageiros e à localização das linhas contínuas amarelas. Aquando da revisão da lei, o Governo deve ter em conta as opiniões dos profissionais do sector e aumentar o número de praças de táxis nas diversas zonas, por forma a melhorar as condições de exploração. E tendo em conta que o sistema de transporte colectivo ferroviário ainda não está concluído, os táxis desempenham um papel importante. O Governo tem de efectuar estatísticas da população residente e do número de turistas, avaliar as suas formas de deslocação, e definir um número adequado de táxis, por forma a garantir que os serviços consigam abranger a maior parte dos utentes. Nos países e territórios

vizinhos, o modelo empresarial foi sendo assumido gradualmente na exploração da maior parte dos serviços prestados por automóveis de aluguer. Trata-se de um modelo que tem vantagens, pois consegue-se reforçar a fiscalização dos táxis, controlar a qualidade dos serviços, e em conjunto com a política de aumento das licenças de táxis com prazo, resolver a questão dos táxis como instrumentos de investimento. Através da negociação entre as diversas partes, ajustamentos, aperfeiçoamento e optimização, e ainda do reforço de pessoal, destacando-o para determinados pontos negros para combater rigorosamente as infracções, acredita-se que a situação caótica dos táxis será resolvida e que a qualidade do serviço registará aumentos evidentes.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 20.04.2016

Em período de ajustamento económico, a prudência na gestão das finanças passou a ser a tónica na política financeira da RAEM. Embora se tenham verificado, ultimamente, várias irregularidades na adjudicação de obras públicas e na aquisição de bens e serviços, bem como um eventual prejuízo na aplicação, até Fevereiro, dos fundos da reserva financeira, o certo é que, perante a nova situação económica, deve o Governo ajustar e implementar adequadamente os trabalhos de contenção dos gastos.

Há que ter, em simultâneo, um sistema perfeito e um conceito de gestão activo, para garantir que os recursos eficazes tenham uma distribuição por ordem de prioridade e que os fundos públicos sejam aplicados eficazmente e com transparência, de forma a sedimentar, passo a passo, o mecanismo de gestão das finanças públicas. Assim sendo, queria aqui abordar três aspectos que podem contribuir para o seu aperfeiçoamento:

1. Acelerar a revisão e implementação das respectivas leis, por forma a supervisionar as actividades financeiras

Concluiu o Governo, no início do corrente ano, a consulta pública sobre a Lei do Enquadramento Orçamental e está ainda em curso a revisão do regime de aquisição de bens e serviços. Sendo esses dois diplomas a base legal essencial na gestão das finanças, o Governo deve fazer todo o possível por implementá-los quanto antes.

Deve-se conjugar flexivelmente as aquisições de bens e serviços com o orçamento do Governo, e as aquisições devem estar, de certo modo, vinculadas ao orçamento. Mais, é necessário alterar também os métodos de aquisição do Governo, desregrados e ao acaso. A implementação das leis referidas não só vai beneficiar o melhoramento dos mecanismos do Governo, mas também a Assembleia Legislativa, para efeitos de fiscalização e obtenção atempadas dos dados da taxa de execução do orçamento, sendo isso também benéfico para os trabalhos de auditoria. O Governo deve resolver a questão da divisão equitativa entre os recursos da sociedade e as finanças públicas, preservando assim o interesse público.

2. Utilizar as finanças públicas de forma justa e ao abrigo da lei, de acordo com o princípio de “juntar o dinheiro do público, geri-lo para uso da população e aplicá-lo quando necessário”

Tanto em fase de desenvolvimento em flecha como de ajustamento económico, os métodos de gestão das finanças públicas do Governo devem ser sempre “aplicar quando necessário”. O Governo é o gestor da riqueza social, mas também

é aquele que tem o poder de a distribuir, e o objectivo da gestão das verbas públicas é distribuir os recursos de forma equitativa e obter o máximo de benefícios para a população, com vista a atingir um equilíbrio máximo dos interesses da sociedade.

A gestão das verbas públicas é a via para uma melhor distribuição dos recursos da economia de mercado. Em primeiro lugar: o Governo tem de ser o gestor principal do funcionamento do mercado, aplicar de forma mais eficaz o capital disponível e o máximo no desenvolvimento; em segundo lugar: o Governo deve conjugar os actuais recursos com os do futuro, atingindo o objectivo de um melhoramento constante e criando um mecanismo de gestão financeira de longo prazo.

Conclusão: O Governo deve ter uma mentalidade financeira dinâmica que acompanhe a evolução do tempo

A volatilidade da receita do Governo afecta directamente as políticas financeiras a adoptar, por isso, a gestão financeira do Governo deve seguir a evolução da conjuntura e aproveitar melhor as condições locais para um desenvolvimento inovador. Só a combinação entre a gestão humana e o Estado de Direito pode satisfazer as aspirações sociais e acabar com a corrupção e o uso abusivo dos recursos. Assim, se a gestão financeira do Governo for mais inteligente e a sua governação mais transparente, isso vai contribuir para a construção de um governo “transparente” e para a concretização do desenvolvimento social a longo prazo.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 20.04.2016

O empolamento da estrutura administrativa, assim como a morosidade dos procedimentos administrativos, as muitas restrições nos diversos departamentos, etc., originam críticas da sociedade. Com vista à coadunação com o desenvolvimento a longo prazo, nas LAG para 2015 o Governo avança com a política de “simplificação da estrutura administrativa e reajustamento do respectivo pessoal”, e nas LAG para 2016, os cinco secretários apresentaram mesmo planos para reforço da fusão de serviços e optimização dos procedimentos administrativos, no sentido de reduzir os elos que impedem a coordenação entre os serviços e de assegurar aos cidadãos serviços públicos mais rápidos. No ano passado, o Governo trabalhou bastante no âmbito da referida política, reduziu o número de serviços públicos por via de fusão, caso dos Serviços de Justiça (DSAJ) e dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional (DSRJDI), transferiu para outros serviços as atribuições do IACM nas vertentes da cultura e do desporto, etc., o que demonstra determinação do Governo na concretização desta política.

O número de serviços públicos reduziu, o funcionamento registou alguma melhoria, e foram menos os recursos utilizados, contudo, a morosidade mantém-se. Segundo muitos residentes, os serviços públicos continuam a demorar muito tempo na análise dos processos, e quando o assunto implica vários departamentos, continua o fenómeno do “empurra”, ninguém quer decidir nem ninguém quer responsabilizar-se, e tudo isto acarreta dificuldades para as empresas e para os residentes. As PME são o motor principal do impulsionamento da diversificação da economia, contudo, deparam-se com grandes dificuldades quando requerem a respectiva licença, devido à forma como são prestados os serviços na Administração Pública. Se um residente quer abrir um estabelecimento de restauração, o IACM disponibiliza serviços “one-stop” para a emissão de licenças de estabelecimentos de comidas e bebidas, e a respectiva “Carta de Qualidade” estipula que o prazo de autorização é de 60 dias, contudo, a contagem do prazo começa depois de ter sido apresentada toda a documentação. O residente, depois de efectuar o pedido junto do IACM, tem de apresentar um pedido junto das Obras Públicas, Bombeiros, Serviços de Saúde, DSAL, Instituto Cultural e Comissão de Segurança dos Combustíveis, para efeitos de apreciação. Caso se registre alguma falha num desses processos e o residente tenha de apresentar algum documento em falta, ou uma planta, por exemplo, o processo volta ao início. Às vezes nem se percebe porque é que não foi autorizada a planta do estabelecimento, e depois há que esperar, às vezes 6 meses a 1 ano, até à emissão da licença. Isto significa que durante todo esse tempo o investidor tem de pagar uma renda para nada. Estamos numa fase em que as rendas são muito elevadas, há quem pague mais de 100 mil patacas por mês, portanto, muitas vezes o investidor tem de fechar o negócio mesmo antes de ter obtido a licença. Este processo altamente burocrático leva os empresários de PME a desistir de avançar com negócios. Mas o que mais espanta os residentes é ser necessária a

autorização do Chefe do Executivo quando se quer simplesmente alterar o nome do estabelecimento. Por isso, alguns dirigentes afirmam, a título de desabafo: “não há tempo para parar e pensar no desenvolvimento de Macau”. Será que Macau é tão diferente dos outros locais?!

Tal como afirmam os especialistas, há que avaliar no seu todo as estratégias e prioridades da reforma administrativa, já que está em condições para avançar a todo o vapor, definindo-se os objectivos a alcançar e as medidas a implementar no sentido da mudança em termos de qualidade, do aumento do moral dos funcionários públicos e da satisfação do público em geral. Numa Administração Pública onde a centralização de poderes é elevada, a simplificação administrativa passa pela descentralização desses poderes, pois só com a redução dos procedimentos de apreciação e autorização é que os dirigentes que executam conseguem desenvolver as suas potencialidades e os dirigentes que pensam conseguem apresentar novas ideias. A par da descentralização, há ainda que otimizar os mecanismos de responsabilização e fiscalização, de forma a encontrar correspondência entre poder e responsabilidade e métodos de controlo, evitando-se assim irregularidades, omissões e atrasos. Pode seguir-se o exemplo das práticas do Governo Central, podemos adoptar o modelo de listagem dos poderes e responsabilidades, demarcando com clareza as funções de cada serviço público, e reforçar a rigor no cumprimento do definido, pois só assim é que a sociedade pode exercer com objectividade a sua fiscalização. Tendo em conta a actual situação, sugere-se que sejam delegadas algumas competências decisórias nos directores de serviços, para fazer corresponder os poderes às responsabilidades, e de forma a elevar a eficácia dos procedimentos. A simplificação administrativa, a descentralização de poderes, e a consciencialização dos dirigentes sobre os poderes e responsabilidades elevam a capacidade governativa, e são requisitos necessários e fundamentais para gerir a sociedade.

IAOD do Deputado Zhang Anting em 20.04.2016

Senhor Presidente,
Caros colegas,

Boa tarde a todos!

Trabalhar nos casinos era, outrora, considerado como um emprego “seguro e rentável”, com um vencimento que criava inveja a outros, por isso, no período áureo que se seguiu à liberalização do jogo, muitos foram atraídos para fazer carreira nesse ramo de actividade. Contudo, após 22 meses consecutivos de quebra de receitas, enfrentam estes uma série de obstáculos nas promoções e na mudança de emprego, e correm o risco de serem despedidos.

Por ser uma profissão estimulante e stressante, exige-se aos trabalhadores um maior controlo emotivo e uma maior capacidade de enfrentar os dissabores da vida. Trabalhadores do sector do jogo e seus familiares informaram-me que os jogadores, por não suportarem a emoção provocada pela perda de dinheiro, descarregam, de imediato, a sua ira sobre os “croupiers”, lançando líquidos, disparando ameaças verbais e descarregando socos. Para além de se sujeitarem aos insultos ou à violência dos jogadores nos casinos, por vezes, são ainda ameaçados por estes na rua, sofrendo assim um constante stress que os afecta psicologicamente. O pior de tudo é que, quando apresentam queixas, os altos dirigentes das empresas do jogo pedem-lhes paciência em nome de “o cliente ter sempre razão”, dos “interesses da empresa” ou das “características da actividade”, aconselhando-os até a não apresentar queixa na Polícia para não serem alvo de sanções. Estas situações agravaram-se com a quebra das receitas e os trabalhadores dos casinos, para manter o seu “meio de subsistência”, aguentam, uma e mais vezes, esses tratamentos injustos e desrespeitosos. Consta que alguns, por não poderem aguentar mais as pressões resultantes das agressões verbais ou físicas infligidas pelos jogadores, acabaram por sofrer doenças do foro psicológico, designadamente, depressões, que os levaram a pôr termo à vida. Por isso, não é para descurar os problemas psicológicos que se levantam para um trabalhador de casino exposto a esse tipo de ambiente de trabalho.

O Governo de Macau sempre promoveu o jogo responsável e, de acordo com a definição expressa do Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau, o jogo responsável é “a prática de jogo, sob um meio adequadamente fiscalizado, que não constitui ameaça ao bem-estar do próprio jogador, dos seus familiares, de outros jogadores ou dos funcionários de casino, nem traz repercussões negativas para a RAEM e para o local onde o jogador reside”. Sou da opinião que o Governo e as operadoras de jogo têm grandes responsabilidades, com vista a atingir este objectivo.

Existem cerca de 80 mil trabalhadores na indústria do jogo e em postos de trabalho relacionados. Actualmente, a economia de Macau entrou numa fase de

ajustamento profundo e existem muitas leis relacionadas com o jogo que precisam de ser revistas. Mais, o Governo deve rever também se a segurança disponibilizada a esses trabalhadores é suficiente, e garantir, com maior afinco, os seus direitos e interesses. Por exemplo: a Administração deve criar um mecanismo de protecção e segurança para os trabalhadores da linha de frente da indústria do jogo, disponibilizando-lhes uma via segura para reclamarem os seus direitos; mais, o Governo deve apoiar as operadoras a definirem critérios uniformes referentes a actos que não são aceites nos casinos, por exemplo, aditar ao Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino a proibição de os jogadores importunarem os trabalhadores da indústria do jogo, assim como expulsá-los do casino quando violarem as regras ou praticarem actos inoportunos, prevenindo que alguns “descarreguem” as suas emoções contra os trabalhadores desta indústria, nomeadamente, ralhar, ameaçar e usar de violência. Isso tudo tem como objectivo garantir que a dignidade, e os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores da indústria do jogo não sejam violados.

Obrigado!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.04.2016

Nos últimos anos, os residentes da zona Norte têm vindo a queixar-se do problema da poluição na água costeira da Areia Preta, acompanhada de um grande mau cheiro, o que afecta gravemente o ambiente daquela zona, bem como a imagem de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e de Lazer.

Face ao problema, especialistas e académicos indicaram que, para tratar da poluição da água costeira, deve ser encontrada a origem da poluição e do cheiro, e não adoptar apenas soluções paliativas.

Antes da abertura do porto, Macau tinha apenas 11 quilómetros quadrados. Devido ao desenvolvimento social, através dos aterros, neste momento a sua área ultrapassa 30 quilómetros quadrados. Antes do Retorno à Pátria, a maior parte dos materiais utilizados para os aterros foi areia e lixo, o que polui bastante o oceano. Por exemplo, entre 1945 e 1978, o Japão eliminou praias numa extensão de 39 mil hectares e depois houve uma redução de 2 mil hectares por ano. A diminuição das praias afecta gravemente a sobrevivência e o repouso da vida marinha, e contribui para a degradação dos organismos marinhos. Os resíduos industriais que vão dar ao mar causam uma mudança biológica, ameaçando a segurança alimentar do Homem. Aliás, os aterros e a construção de ilhas artificiais vão desacelerar o fluxo da água, sendo mais fácil causar inundações. Assim, neste momento, ao criar aterros, temos de fazer bem o trabalho de avaliação do impacto ambiental e aprender as novas tecnologias de aterros dos países avançados, como é o caso da Holanda, um país com uma grande dimensão de aterros, nos quais se utilizam novas tecnologias, aliviando a poluição marinha.

Alguns especialistas e académicos propõem que a RAEM, que tem um governo com predominância do poder executivo, deve assumir a responsabilidade de proteger o ambiente e, para além da sua fiscalização e planeamento, reforçar ainda o aperfeiçoamento da legislação sobre a protecção ambiental. Agora, não é só Macau que tem de realizar aterros, mas também, por exemplo, a região vizinha, Zhuhai, que deve, sob o grande princípio da cooperação regional, reforçar a cooperação no âmbito da gestão marinha, bem como a troca de informações e a comunicação. Com a aprovação do Conselho de Estado da China, Macau passou a ter sob sua jurisdição 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas. Mas, ao nível desta gestão, o Governo está preparado para a sua execução ou para a definição de leis? Se alguém despejar água suja, gordura, óleo, lixo, entre outros poluentes, nas áreas marítimas sob jurisdição de Macau, o Governo dispõe de recursos humanos e barcos suficientes para a fiscalização e aplicação da lei? Só é possível resolver de vez todos estes problemas através da cooperação regional.

Todos têm a responsabilidade de proteger o ambiente, o valor nuclear da protecção ambiental, portanto, não existem fronteiras ao nível do ambiente e todos

temos de contribuir para o melhorar. Para além disso, o ambiente não difere entre terrestre e marítimo, pois, desde que seja um ambiente onde vivamos em conjunto, devemos protegê-lo. Portanto, quanto à poluição da água na zona costeira da Areia Preta, devemos avaliar a raiz do problema e encontrar, quanto antes, as respectivas soluções.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não obstante os vastos recursos financeiros da RAEM, uma das maiores causas da injustiça social e frequente ocorrência de concorrência desleal tem a ver com a sistemática má governação e falta de transparência de alguns serviços e entidades públicas. Os cidadãos deveriam ter acesso fácil à informação sobre os assuntos da vida pública e o habilite a exercer o seu direito de participação na gestão da coisa pública e de controlo do exercício da acção governativa e administrativa.

No que se refere à reforma da Administração Pública, os maiores desafios tem a ver com a estrutura racional, eficiente e eficaz que traga confiança aos cidadãos e possa mobilizar o apoio da sociedade. O reforço da administração pública visa criar um ambiente institucional favorável à iniciativa e ao investimento privado. A reforma da Administração Pública, na perspectiva do aumento da eficiência e da eficácia, incluindo a capacitação no domínio da gestão económica e da gestão social apresenta-se, pois, como imperativo da boa governação. Ter acesso a informações ou serviços públicos ainda é, para muita cidadãos, sinónimo de peregrinação pelos diversos serviços públicos.

Para mudar esta imagem e garantir aos cidadãos o acesso a informações e documentos, de maneira simplificada e ágil, inclusive para que deixem de depender dos serviços de intermediários, uma das alternativas é reunir diversos serviços públicos e de emissão de documentos em um só local de fácil acesso, com horário de atendimento ampliado e garantindo a difusão das informações e pedagogia na resolução dos problemas dos cidadãos. Tarefas ainda por cumprir residem na valorização, treino e dotá-los dos mínimos conhecimentos em simultâneo das duas línguas oficiais aos trabalhadores especialmente para o atendimento à população, simplificando os procedimentos com eliminação das etapas administrativas que garante a qualidade, rapidez e respeito aos direitos de cidadania.

Para garantir a mudança na forma de se atender os cidadãos, a primeira preocupação é capacitar devidamente as pessoas que atendem o cidadão que busca acesso a informações e serviços com objectivo de resolver os seus problemas. Por outro lado não se pode descurar que será sempre necessário valorizar o funcionalismo público, resgatar sua auto-estima e oferecer condições adequadas de trabalho.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 20 de Abril de 2016.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 20.04.2016

Obras e construções ilegais

Nestes últimos dez anos tem sido muito grave a situação das edificações ilegais em Macau, que constituem um perigo especialmente para os edifícios antigos. Na altura, o Governo obrigou à sua demolição e os resultados foram evidentes, pois as construções ilegais diminuíram. A par disso, ainda reforçou a publicidade sobre as graves consequências das construções ilegais para os edifícios, segurança e higiene. Em Março de 2013, a DSSOPT divulgou as Instruções para Demolição das Obras Ilegais, quando o Instituto de Habitação implementou o Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais, plano este que acelerou a demolição voluntária, pois foram muitos os residentes que requereram apoio para demolir as suas construções ilegais.

Mas segundo informações de residentes, registou-se, recentemente, uma tendência de subida das edificações ilegais, por exemplo, o aproveitamento de espaços em terraços para a construção de habitações, e até de cozinhas e ginásios. Dum modo geral, as obras decorrem nos feriados ou depois do horário de funcionamento dos serviços públicos. Um residente queixou-se à DSSOPT sobre as obras ilegais em curso, esta enviou funcionários ao local para tirar fotografias, e afirmou que o caso ia ser adequadamente tratado. Mas já passou muito tempo e o queixoso continua sem notícias sobre o ponto de situação desse acompanhamento nem sobre as acções que foram tomadas. Afinal, as referidas obras ilegais foram concluídas, as instalações estão a ser usadas, e ninguém acompanhou mais o caso. Será que o Governo entende que as actuais edificações ilegais não têm implicações tão graves, por isso, mudou a sua política de demolições?

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 20.04.2016

Sugestões para a optimização do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores

Senhor Presidente,
Caros colegas,

Nos últimos anos, o empreendedorismo através da internet já entrou numa nova fase de desenvolvimento, em que os jovens empreendedores, ao nível mundial, vêm injectar sangue novo no crescimento económico e inovação tecnológica. A fim de apoiar o empreendedorismo dos jovens locais, em 2013, o Governo estabeleceu o Plano de Apoio a Jovens Empreendedores no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. Desde então, foram autorizados mais de 500 casos, com um montante de apoio financeiro de mais de 100 milhões de patacas. Este plano está em vigor há quase 3 anos e já está formada uma cultura empreendedora em Macau, com cada vez mais jovens que pretendem dedicar-se à criação de negócios. Enquanto medida crucial do Governo no apoio a jovens empreendedores, está na altura de avaliar os pormenores e o funcionamento dos projectos respectivos. Venho agora apresentar 3 sugestões sobre a promoção, o ajustamento e os mecanismos de incubação de longo prazo deste plano.

Primeiro, o empréstimo de 300 mil patacas e os espaços para trabalho são de longe insuficientes, no sentido de apoiar e fortalecer o empreendedorismo. Para catalisar a criação de uma cultura empreendedora dos jovens locais, é imprescindível reforçar a formação nesta área e garantir a conexão com o capital de risco, edificando um mecanismo de incubação que integre a preparação para a criação de negócios, formação aprofundada, orientação através de políticas, isenção de renda para local de trabalho e conexões financeiras. É necessário, através de um planeamento de longo prazo, criar uma mentalidade empreendedora e inovadora junto dos jovens locais e conduzi-los para áreas que não sejam do jogo, por forma a concretizar a diversificação adequada da economia.

Segundo, os actuais planos de apoio ao empreendedorismo juvenil destinam-se aos jovens que criam a sua primeira empresa, mas a idade e as limitações definidas por esses planos não se adequam à realidade do mercado local. Como os que se têm envolvido em projectos sucessivos de criação de empresas têm mais hipótese de o conseguir, as condições desses planos de apoio devem ser flexibilizadas. Por outro lado, os empreendedores com alguma experiência e tempo nesses projectos não devem ser excluídos dos planos de apoio.

Terceiro, os planos de apoio ao empreendedorismo juvenil determinam a apresentação de um relatório intercalar das operações da empresa até 180 dias após a aprovação do crédito. Porém, segundo alguns jovens participantes,

aqueles que, por qualquer razão, se atrasam na entrega do relatório estão obrigados a devolver de imediato o crédito recebido. Acredito que, quando exigem isso, os serviços competentes estão apenas a cumprir as regras para a atribuição do crédito. Mas será que, 30 dias antes do final do prazo para a entrega do relatório, os serviços competentes podem avisar os interessados por *email* ou mensagem de telemóvel? Mais, depois de as autoridades receberem esse relatório intercalar, deve haver um mecanismo de acompanhamento que analise as operações da empresa que recebeu apoios, assim como, para que ela possa obter algumas sugestões e recursos adequados.

O empreendedorismo juvenil é hoje um novo motor a nível mundial para a inovação. Os governos e as sociedades civis em todos os países e regiões estão a apoiar fortemente os jovens para inovarem e fundarem as suas empresas. Macau deve aproveitar esta era e melhorar o trabalho realizado na área do empreendedorismo juvenil, abrindo um novo caminho para a diversificação económica de Macau.

Obrigado!

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20.04.2016

Os relatórios do Comissariado de Auditoria têm revelado a eventual existência de problemas de abuso, má qualidade e desrespeito pelas regulamentações originais no âmbito da adjudicação de serviços por diversos serviços públicos, o que despertou a atenção e as dúvidas da sociedade. No plenário para interpelação oral dos finais do passado mês de Março, partindo de diferentes pontos de vista, vários deputados levantaram perguntas sobre o assunto, sendo estas respondidas por governantes e secretários das áreas para a Economia e Finanças, e Administração e Justiça. Minimizando a seriedade da questão, os mesmos limitaram-se a admitir que alguns governantes carecem de conhecimentos sobre os diplomas legais e apontaram que, no futuro, aquando da revisão da lei de aquisição de bens e serviços, iam apenas concentrar-se em relaxar a exigência de abertura obrigatória de concurso, isto é, preço superior a 2 milhões e 500 mil patacas no âmbito de obras públicas, e superior a 750 mil patacas no âmbito das aquisições de bens e serviços. Fiz várias perguntas sobre o assunto no referido plenário, refutando que a eventual existência de problemas de abuso, má qualidade e desrespeito pelas regulamentações originais no âmbito da adjudicação de serviços por diversos serviços públicos se devesse, plenamente, à falta de conhecimentos sobre os diplomas legais por parte de governantes. Pelo contrário, tudo é devido à falta de transparência e de fiscalização pública, e ao trabalho à porta fechada, o que leva os serviços a serem sempre adjudicados aos mesmos. Foi a partir da cooperação permanente e da tolerância mútua que se evoluiu, infelizmente, para o conluio entre o Governo e os empresários e o desvio em relação às regulamentações originais. Exigi ao Governo que resolvesse, efectivamente, a questão, mas nenhum dos secretários, das áreas para a Economia e Finanças, e Administração e Justiça, me deu uma resposta directa.

Embora os resultados das adjudicações não sejam públicos, foram detectados sucessivos casos de serviços adjudicados ao mesmo destinatário. Neste ano, até foi detectada a ocorrência desta prática no Ministério Público, nos últimos 10 anos, e está a ser averiguada a possibilidade da existência de corrupção. Recentemente, os Serviços de Turismo foram questionados, novamente, sobre a adjudicação ao mesmo destinatário dos serviços do Festival da Luz e a não divulgação dos respectivos dados, tendo estes salientado que a lei não dispõe sobre a publicação, no Boletim Oficial, dos resultados das adjudicações! O CCAC divulgou, neste mês, o seu relatório de actividades de 2015, no qual se refere que se destacaram, nos crimes praticados pelos funcionários públicos, os de corrupção na adjudicação de obras, bens e serviços da Administração Pública, envolvendo situações de conluio entre funcionários públicos e empresários. Os serviços públicos efectuem as adjudicações à porta fechada, resultando em conluio e troca de interesses entre governantes e empresários, e no desperdício constante do erário público, assim, há que tomar medidas e criar um mecanismo legal para reprimir esta situação.

Na minha opinião, o Governo deve resolver este problema através da revisão do sistema e do aumento da transparência. Novamente, exorto o Governo a criar, com determinação, um mecanismo legal, submetendo as obras, bens e serviços da Administração Pública, que envolvem grandes gastos, à apreciação da Assembleia Legislativa, a fim de esclarecer as decisões de adjudicação tomadas. Este mecanismo deve ser incluído num capítulo específico da Lei do Enquadramento Orçamental, que está em fase de elaboração. Antes de legislar sobre o assunto, o Governo deve, quanto antes, tomar medidas, para que os gastos gerais com a adjudicação de obras, bens e serviços da Administração Pública sejam divulgados nas suas páginas electrónicas, de forma a permitir a fiscalização do público.

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.04.2016

A implementação da política de primazia dos transportes públicos exige coragem para seguir em frente

O problema do trânsito tem gerado o descontentamento da sociedade e é um tema que suscita diária e constantemente polémica nos programas de rádio. O Governo tem-se mostrado impotente ao longo dos anos, e mesmo depois da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, criada para resolver os problemas do trânsito, os resultados continuam insatisfatórios.

A origem principal dos problemas de trânsito, incluindo o congestionamento das vias e a falta de lugares de estacionamento, é o excesso de veículos. Macau é uma cidade pequena, circulam nas suas vias cerca de 250 mil veículos, o espaço é limitado mas os veículos continuam a aumentar indefinidamente, e como ninguém consegue resolver o problema, só se pode deixar que a situação se agrave.

Já há muitos anos se exigia, em alta voz, um plano para o controlo de veículos, plano esse que continua a faltar.

Claro que entendemos que o Governo não tem soluções nem vigor nem sequer coragem para definir um plano de controlo dos veículos, e uma das principais causas disso são as deficiências dos transportes públicos. O número de veículos aumentou significativamente nos últimos anos mas não só devido ao rápido crescimento socioeconómico, foi também devido às deficiências dos transportes públicos, à falta de resultados da construção do sistema de transportes colectivos e às dificuldades em apanhar autocarro e táxi. Os residentes têm de assegurar as suas próprias deslocações, por isso, são cada vez mais os veículos privados, que só agravam a sobrecarga das vias. Se não se encontrar uma solução, não vai ser possível resolver os problemas do trânsito de Macau.

As deficiências dos transportes públicos resultaram num aumento substancial dos veículos privados, então, há que avançar desse já com a melhoria dos transportes públicos, e só depois é que se trata do controlo dos veículos. Mas atendendo à actual situação do trânsito, essa melhoria não é nada fácil. Posso afirmar que o metro ligeiro é uma coisa vaga, até porque não será possível que entre em funcionamento nos próximos cinco anos. O número de autocarros aumentou mas os serviços estão cada vez piores, por exemplo, para uma distância que antigamente demorava 30 minutos a percorrer, agora precisamos de mais de uma hora. Isto representa muito tempo para centenas de milhares de cidadãos e uma redução da eficácia de funcionamento por autocarro. Quanto aos táxis, é difícil apanhar um, e mesmo que fosse fácil, seria impossível para os cidadãos ir todos os dias de táxi para o trabalho ou para a escola. Pelo exposto, não será possível ver os serviços de transportes públicos melhorados num curto

prazo.

Então, não é possível resolver os problemas do trânsito de Macau? Só existe um método: concretizar a primazia dos transportes públicos. Se não é possível resolver na totalidade os problemas do trânsito, o único caminho que resta é concretizar a primazia dos transportes públicos.

Tendo em conta as actuais condições de Macau, a primazia dos transportes públicos só pode traduzir-se no aumento da qualidade dos serviços de autocarros, e o aumento do seu número e frequência é, de facto, uma das soluções, no entanto, também é passível de agravar a pressão do trânsito e o resultado será mais autocarros e, ao mesmo tempo, mais congestionamentos. Por isso, para além do aumento do número e da frequência, o mais importante é aumentar as rodovias e dar prioridade aos autocarros, facilitando assim a sua circulação, mas tudo isto depende dos esforços do Governo na criação de vias exclusivas para transportes públicos. O Governo tem defendido, ao longo de vários anos, a primazia dos transportes públicos, mas só instalou vias exclusivas, com pouca utilidade, na Ponte Governador Nobre de Carvalho e na Avenida de Almeida Ribeiro. Já há vários anos que anda a preparar a criação de uma via exclusiva entre a Barra e as Portas do Cerco, mas quando chega o momento da sua implementação, fica demasiado receoso e com muitas dúvidas, primeiro a via ia da Barra às Portas do Cerco, e agora só da Barra à Rua da Ribeira do Patane, e foi ainda dividida em 3 partes incoerentes. Como é que este tipo de vias pode ser viável? E como é que facilita a circulação dos autocarros? O mais ridículo é o horário de funcionamento, das 7 e meia às 9, e das 4 e meia às 19 horas ao fim de semana, o que em nada contribui para melhorar a circulação dos autocarros nos dias de semana. Só quem pensa com os pés é que pode criar este tipo de vias exclusivas para transportes públicos. A concretização da primazia dos transportes públicos exige vigor e determinação do Governo, para conseguir resistir às pressões e afirmar junto do público o seguinte: “a criação de vias exclusivas destina-se a dar prioridade aos transportes públicos na utilização das rodovias, com certeza vai afectar os veículos particulares, no entanto, a nossa pretensão é assegurar a fluidez dos transportes públicos. Caso alguém tenha queixas sobre a falta de rodovias para os veículos particulares e de demorar mais tempo com o seu carro do que com o autocarro, opte pelo autocarro e desista do seu carro!”. Se a circulação dos autocarros nas vias públicas for mais célere, as vantagens dos transportes colectivos ficam à vista, e as políticas do Governo vão ser acolhidas pela maioria dos cidadãos.

O problema do trânsito de Macau não vai ser resolvido se o Governo adoptar uma atitude hesitante. No filme “Sorgo Vermelho”, há uma canção intitulada “Ó moça, avança com coragem!”, e coragem é o que o Governo precisa, realmente, para avançar e resolver isto!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 20.04.2016

Só os dirigentes que têm lata é que não ficam envergonhados

O Governo presta alta atenção à “boa governação”, criando regimes de responsabilização e de avaliação do desempenho dos dirigentes, entre outros, com os quais espera clarificar as responsabilidades dos dirigentes e, assim, elevar a eficiência das acções governativas. Recentemente, o Comissariado da Auditoria (CA) e o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) divulgaram erros e problemas existentes em vários serviços públicos, um acto que demonstra a sua coragem em pôr a nu as vergonhas.

Segundo o CA e CCAC, alguns membros do Governo não actuam de acordo com a lei, e existem mesmo suspeitas de cedência de interesses, envolvendo graves problemas. Os dirigentes são pessoas e, como é evidente, também cometem erros, mas quando o fazem intencionalmente e não sabem tomar a iniciativa de os corrigir, numa terra de afectos tão fortes como Macau, muitos residentes não vão compreendê-los nem perdoá-los.

Alguns serviços públicos não têm vergonha, atrevem-se a revelar os seus defeitos e a reconhecer os seus erros, corrigem-nos e esforçam-se para evitar que se repitam, o que merece o nosso elogio. Há outros que negam, fogem dos problemas, sabem que erraram mas não pedem desculpa, reconhecem os erros mas não os corrigem, e cometem erros sucessivos. O Governo deve aplicar a lei com todo o rigor, a fim de demonstrar a sua determinação em governar nos termos da lei, de reforçar a equipa governativa no âmbito da resolução de problemas, de incentivar os dirigentes a enfrentarem as dificuldades e a resolverem os problemas com determinação.

Primeiro, “trabalhar nos termos da lei” deve ser factor importante da avaliação, mas esta matéria não aparece nos 3 critérios e 13 subcritérios de avaliação do actual regime de avaliação do desempenho dos dirigentes. O Governo deve, quanto antes, regular sobre esta matéria e incluí-la no referido regime.

Segundo, há que cultivar a noção de que existem limites e implementar o regime de responsabilização dos governantes. O Governo criou o regime de responsabilização dos titulares de altos cargos, mas a sociedade tem a sensação de que já houve problemas e ninguém teve de assumir as responsabilidades. Isto prejudica a credibilidade do Governo e não favorece o cultivar da noção dos limites entre os governantes. As autoridades têm de rever o actual regime, aperfeiçoar os mecanismos de responsabilização e reforçar a concretização do regime de responsabilização dos titulares de cargos dirigentes, e ainda construir um sistema de gestão em que os incompetentes cedam o lugar para promoção dos competentes, os preguiçosos sejam despromovidos, os culpados sancionados, os corruptos despedidos, os bons premiados e os maus excluídos.

Terceiro, há que reforçar os estudos sobre as estratégias governativas e ainda sobre o raciocínio dos governantes em termos da resolução de problemas. A sociedade e a economia da RAEM encontram-se num período crucial para a sua transformação e elevação, assim, perante as dificuldades relativamente maiores, os serviços públicos, na sua maioria, são dinâmicos e competentes, no entanto, alguns só falam das dificuldades e não pensam nas soluções. Se o Governo pretender aumentar a capacidade de gestão, vai ter de avançar com estudos sobre as tarefas nucleares e os principais conflitos sociais, aliás, vai ter de pensar mais em “como é que se faz”. Quando o Governo conseguir tratar bem dos assuntos que interessam aos cidadãos, a sociedade vai dar-lhe mais valor, com toda a certeza.